



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ

Estado do Espírito Santo

LEI N.º 4.467, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2022

ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO MUNICÍPIO DE GUAÇUÍ PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023.

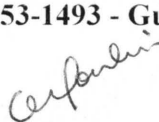
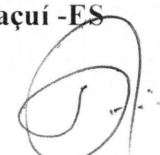

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÇUÍ, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1º- O Orçamento Geral do Município de Guaçuí -ES, para o exercício financeiro de 2023, estima a Receita e fixa a Despesa em **R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais)**.

Art. 2º- A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e de outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação vigente e das especificações constantes dos anexos desta Lei, com os seguintes desdobramentos:

Receitas Correntes	R\$	123.637.822,79
- Receitas de Impostos, taxas e Contribuição de Melhoria	R\$	10.496.775,00
- Receitas de Contribuições	R\$	2.849.230,00
- Receitas Patrimoniais	R\$	2.541.575,00
- Receita Agropecuária	R\$	0,00
- Receita Industrial	R\$	0,00
- Receitas de Serviços	R\$	4.124.005,00
- Transferências Correntes	R\$	102.087.657,79
- Outras Receitas Correntes	R\$	1.538.580,00
-(-)Dedução p/ o FUNDEB	R\$	-10.374.000,00
Receitas de Capital	R\$	5.507.207,21
- Operação de Crédito	R\$	0,00
- Alienação de Bens	R\$	0,00
- Transferências de Capital	R\$	5.507.207,21
Receitas de Operações Intraorçamentárias	R\$	11.228.970,00
TOTAL GERAL	R\$	130.000.000,00

Art. 3º- A Despesa fixada à conta das Receitas acima relacionadas observará a programação constante dos anexos que compõe este Orçamento, conforme Legislação vigente especificada por Órgão, Unidade Orçamentária, Função, Sub-Função, Programa e Projetos/Atividades, ficando o Poder Executivo autorizado a executá-la na forma prevista nesta Lei.

Carfônio






PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ
Estado do Espírito Santo

Função	Descrição da Função		VALOR
1	Legislativa	R\$	3.700.000,00
2	Judiciária	R\$	564.295,00
4	Administração	R\$	13.044.560,00
6	Segurança Pública	R\$	0,00
8	Assistência Social	R\$	5.467.935,00
9	Previdência Social	R\$	16.078.665,00
10	Saúde	R\$	23.664.200,00
12	Educação	R\$	32.129.315,00
13	Cultura	R\$	2.507.640,00
15	Urbanismo	R\$	9.358.280,00
16	Habitação	R\$	0,00
17	Saneamento	R\$	4.712.765,00
18	Gestão Ambiental	R\$	1.110.225,00
20	Agricultura	R\$	3.611.280,00
23	Comércios e Serviços	R\$	193.245,00
25	Energia	R\$	2.045.355,00
26	Transporte	R\$	0,00
27	Desporto e Lazer	R\$	1.177.195,00
28	Encargos Especiais	R\$	7.902.095,00
99	Reserva de Contingência	R\$	2.732.950,00
Total das Funções		R\$	130.000.000,00

DESPESA POR ÓRGÃO		
Poder Legislativo	R\$	3.700.000,00
0100 -Câmara Municipal	R\$	3.700.000,00
Poder Executivo	R\$	126.300.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ

Estado do Espírito Santo

0200 - Sec. Mun. de Governo e Articulação Institucional	R\$	1.471.925.00
0300 - Controladoria Geral do Município	R\$	314.745.00
0400 - Sec. Munic. de Gestão Administração e Recursos Humanos	R\$	4.067.065.00
0500 -Secretaria Municipal de Finanças	R\$	14.878.665.00
0600 - Secretaria Municipal de Planejamento	R\$	701.920.00
0700 - Procuradoria Geral do Município	R\$	564.295.00
0800 - Secretaria Municipal de Educação	R\$	32.129.315.00
0900 - Secretaria Municipal de Saúde	R\$	23.664.200.00
1000 - Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos	R\$	5.467.935.00
1100 - Sec. Munic. de Cultura, Turismo e Esportes	R\$	3.878.080.00
1200 - Sec. Munic. de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos	R\$	11.794.155.00
1300 - Sec. Munic. de Meio Ambiente	R\$	1.110.225.00
1400 - Sec. Munic. de Agricultura, Pec. e Abast. Alimentar	R\$	3.611.280.00
1500 - Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE	R\$	4.438.975.00
1600 - Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAPS	R\$	18.207.220.00
Total Geral dos Órgãos	R\$	130.000.000,00

Art. 4º- O Poder Executivo Municipal poderá adotar as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da Receita nos termos do título VI, capítulo I, da Lei Federal n.º 4.320/64 de 17 de Março de 1964, em realizar operações de Créditos por antecipação da Receita, de acordo com as disposições do artigo 167, III da Constituição Federal e Resolução do Senado Federal, com prévia autorização do Poder Legislativo.

Art. 5º - Ficam os Poderes Executivo e Legislativo Municipal de Guaçuí autorizado a abrir créditos adicionais suplementares:

I – até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor total da despesa fixada na Lei Orçamentária Anual, de acordo com o disposto no art. 7º, I e art. 42 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, utilizando como fonte de recurso as definidas no art. 43 da Lei Federal n.º. 4.320/64 e recursos de Convênios, conforme parecer consulta TCEES n.º. 028 de 08 de julho de 2004, até o nível de modalidade de aplicação, independentemente da fonte de recurso prevista para a despesa;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ

Estado do Espírito Santo

II – até 50% (cinquenta por cento) do excesso de arrecadação, nos termos do inciso II, § 1º, e §§ 3º e 4º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64;

III – até 50% (cinquenta por cento) do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do inciso I, § 1º, e § 2º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64;

IV – até 50% (cinquenta por cento) do recurso de convênio firmado no exercício, conforme Parecer Consulta TCEES n. 028/2004;

V - até 50% (cinquenta por cento) do produto de operações de crédito autorizadas, de forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las, conforme inciso IV do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64;

VI – até 50% (cinquenta por cento) do valor total das dotações de pessoal e encargos sociais que se encontrarem insuficientemente dotadas, mediante anulação de dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, nos termos do inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

VII – até 50% (cinquenta por cento) das movimentações por anulação total ou parcial de dotações realizadas dentro do mesmo projeto ou atividade.

Parágrafo único. Não serão considerados créditos adicionais suplementares que alteram o Quadro e Detalhamento da Despesa – QDD autorizados no caput do artigo, as movimentações de créditos ocorridas até o nível de modalidade de aplicação, observado a mesma modalidade de aplicação, grupo de natureza da despesa, categoria econômica da despesa, projeto/atividade/operação especial, subfunção, função, unidade orçamentária e órgão, visando atender às necessidades da administração.

Art. 6º - Não serão considerados créditos adicionais suplementares, mas sim movimentações de créditos, as movimentações ocorridas dentro de um mesmo órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, projeto/atividade/operação especial, categoria econômica da despesa, grupo de natureza da despesa, e modalidade de aplicação.

§ 1º. As movimentações de créditos ocorridas na forma do caput do artigo, não serão deduzidas da autorização contida no art. 5 desta Lei;

§ 2º. Ficam os Órgãos integrantes do Orçamento Municipal, autorizados a criar novos elementos de despesas, dentro de um mesmo órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, projeto/atividade/operação especial, categoria econômica da despesa, grupo de natureza da despesa, e modalidade de aplicação, não se configurado tais modificações, em alterações do Quadro de Detalhamento da Despesa aprovado por esta Lei até o nível de modalidade de aplicação.

Art. 7º - O pagamento do serviço da dívida e encargos terá prioridade sobre as ações de expansão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ

Estado do Espírito Santo

Art. 8º - O Poder Executivo, desde que com autorização Legislativa, poderá firmar convênios com outras esferas do governo, instituições privadas, associações e cooperativas para o desenvolvimento dos programas, com ou sem ônus para o município.

Art. 9º - Fica autorizada a concessão de ajuda financeira a entidades sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública, nas áreas de educação, cultura e esportes, agricultura, saúde e assistência social.

§1º - Os pagamentos serão efetuados após aprovação pelo Poder Executivo do Plano de Aplicação apresentado pela entidade beneficiada.

§2º - O prazo para prestação de contas será fixado pelo Poder Executivo.

§3º - Fica vedada a concessão de ajuda financeira a entidades que não prestarem contas dos recursos anteriormente recebidos, assim como as que não tiverem suas contas aprovadas pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 10 - O Poder Executivo estabelecerá normas para a realização das despesas, fixando medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com a arrecadação da receita, inclusive através de uma programação financeira, a fim de obter o equilíbrio financeiro entre receitas e despesas.

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor a partir do dia 01 de Janeiro de 2023.

Guaçuí - ES, 01 de dezembro de 2022.

MARCOS LUIZ JAUHAR
Prefeito Municipal

DANIELLE LEITE FREITAS
Procuradora Geral do Município

MARIA ALICE CARVALHO MENDONÇA MOULIN
Secretária Municipal de Planejamento